

INCLUSÃO DE ALUNOS PCD EM ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL: METODOLOGIAS E ESTRATÉGIAS IMPLEMENTADAS NO MUNICÍPIO DE CHAPADINHA-MA.

Tiago Oliveira Lima¹

RESUMO

O ensino inclusivo é definido como uma parte importante dentro do contexto educacional atualmente. Ressalta-se que essa importância não era considerada parte do processo de ensino-aprendizagem há alguns anos; contudo, em meio aos inúmeros debates, essa causa inclusiva se tornou protagonista na sociedade. Com base nisso, é essencial compreender e discutir os métodos pedagógicos utilizados no ensino municipal, que têm a incumbência de promover a inclusão de alunos com deficiência. Nesse sentido, o presente estudo teve o objetivo de compreender os procedimentos metodológicos desenvolvidos em uma escola municipal de Chapadinha. O presente estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, utilizando como objeto de estudo um grupo de indivíduos que integra a realidade de pessoas com deficiência em uma única escola localizada no município de Chapadinha. Assim, foi utilizada como estratégia metodológica o estudo de caso, por se tratar de uma amostra limitada. Como mecanismo de coleta de dados, foi adotado o uso de questionários com questões abertas. Os participantes foram escolhidos estrategicamente; os critérios para a escolha dos professores foram: carga horária da disciplina e conviver ou ter convivido com um aluno com deficiência. Em relação ao núcleo familiar, os critérios foram o tempo de acompanhamento especializado que o aluno recebeu, além da disponibilidade do familiar. Assim, participaram: dois professores, um monitor, um gestor e o núcleo familiar de um aluno com deficiência. Em relação aos resultados, considerando que este escrito tratou de um estudo de caso, ele transcorreu satisfatoriamente e conseguiu atingir os resultados traçados durante o planejamento. Entretanto, é fato que a pesquisa desenvolvida possui algumas limitações de escopo, pois foi realizada em apenas uma instituição de ensino. Sendo assim, não se pode afirmar que esses resultados eventualmente se repetiriam nas demais escolas do município. Presume-se que a presente pesquisa proporcione impactos positivos nas comunidades em geral, sobretudo no município de Chapadinha, e que esses impactos possam sensibilizar os governos municipal, estadual e federal; os integrantes da escola analisada e os eixos familiares, a fim de provocar reflexão sobre os mecanismos de formação profissional e inspirar atividades que venham a promover a inclusão de alunos com deficiência a um patamar de excelência na educação do Brasil.

Palavras-chave: Educação inclusiva; métodos pedagógicos; formação docente; pessoas com deficiência.

1. INTRODUÇÃO

¹ Graduando em Ciências Biológicas, Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Chapadinha, Maranhão, Brasil. E-mail: tiago.oliveira@discente.ufma.br

Diante do significativo aumento de pessoas com deficiência na sociedade nos últimos anos, o processo inclusivo de indivíduos com um transtorno ou deficiência específica ganhou grande protagonismo, sobretudo no ensino básico da sociedade atual. Embora ocorram diversas movimentações com o intuito de promover avanços na inclusão de alunos com deficiência, infelizmente, ainda é perceptível a existência de lacunas que expõem problemas que influenciam diretamente o processo de ensino-aprendizagem inclusivo. Alguns desses obstáculos são: a escassez de investimentos e políticas públicas, a formação inadequada de profissionais, a infraestrutura imprópria e a sensibilização social (Lima, 2014).

Nesse sentido, é fundamental que as instituições educacionais implementem estratégias metodológicas, adequadas às especificidades presentes na população escolar, visando, consequentemente, garantir oportunidades de aprendizagem, sem quaisquer desigualdades, que possam proporcionar a todos os alunos um ensino compatível com suas necessidades. De acordo com Seabra (2022), é importante que os professores, em conjunto com a escola, proporcionem condições para que os discentes com transtornos ou deficiências possam, com menos dificuldades, desenvolver uma aprendizagem que possibilite a reflexão crítica e o exercício da cidadania.

Na percepção de Farias:

O sistema educacional brasileiro carece de melhorias, e é perceptível que as estruturas físicas e humanas de algumas instituições de ensino não são adequadas para a inserção dos alunos com deficiência, em especial com autismo, sem qualquer tipo de acessibilidade ou preparo adequado para receber esses estudantes e assim proceder com o ensino necessário à sua deficiência (Farias, 2023).

Considerando esse contexto no Brasil, apesar de que na última década tenha havido um avanço considerável no processo de inclusão social, as pessoas com deficiência ainda enfrentam inúmeros obstáculos, sobretudo em questões comuns, como acessibilidade, respeito e empatia, além da inclusão nas escolas e no mercado de trabalho. De acordo com Barros (2024), nos dias atuais, tem-se observado que grande parte da população brasileira ainda não tem as mesmas oportunidades, principalmente no que diz respeito aos meios favoráveis para o desenvolvimento da construção da cidadania. Portanto, é fundamental a sensibilização de todas as classes sociais presentes na comunidade brasileira, visando adotar uma cultura de acolhimento e respeito às diferenças humanas, reconhecendo as virtudes interpessoais e descartando qualquer pensamento desigualitário, discriminatório e segregacionista, especialmente nas escolas de ensino básico.

Em síntese, é importante considerar que, nos últimos anos, houve uma mobilização nos eixos educacionais a fim de viabilizar um ensino inclusivo e harmonioso para todos os integrantes da sociedade, sejam eles indivíduos com ou sem alguma necessidade. Contudo, Lima (2014) enfatiza que, em uma sociedade de classes, é necessário atender aos interesses de grupos que detêm o poder e submeter outros à sua dominação. Em virtude disso, nas grandes discussões sobre melhorias do ensino inclusivo, fica evidente que as políticas públicas na educação, infelizmente, em diversos momentos, ainda são moldadas para atender aos interesses governamentais e não educacionais.

Embora a causa inclusiva seja um instrumento para inúmeras discussões nos últimos anos, ainda existem lacunas que necessitam de respostas. Por isso, faz-se necessária a elaboração de novas investigações. Dessa forma, ressalta-se a importância do desenvolvimento desta pesquisa, que tem a finalidade de investigar os mecanismos e as razões metodológicas aplicadas no ambiente escolar do município em questão, além de propor soluções para eventuais obstáculos que possam existir no processo de ensino-aprendizagem. Logo, pode-se afirmar que estudos realizados seguindo essa temática tendem a sensibilizar, principalmente, os profissionais que orientam os caminhos que a educação eventualmente possa percorrer.

Portanto, este trabalho tem o objetivo geral de compreender os procedimentos metodológicos desenvolvidos em turmas do ensino fundamental (anos finais) em uma escola municipal de Chapadinha. Além disso, a pesquisa tem como objetivos específicos conhecer os mecanismos pedagógicos utilizados para a prática inclusiva dos alunos portadores de deficiência; identificar a formação de professores e suas habilidades para o desenvolvimento da educação inclusiva; analisar a disponibilidade de estrutura, material pedagógico e recursos auxiliares para o desenvolvimento do ensino inclusivo, além de compreender a função da escola no processo inclusivo do alunado com algum tipo de deficiência.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contextualização do ensino inclusivo

A inclusão de pessoas com deficiências é considerada pela sociedade atual uma missão desafiadora, tanto dentro quanto fora da escola. É importante mencionar que os elementos que fazem parte, de maneira direta ou indireta, desse processo contribuem para que os desafios

sejam ampliados e, consequentemente, a educação inclusiva seja afetada pela carência de novas metodologias pedagógicas compatíveis para o avanço do ensino inclusivo. Contudo, o processo educacional inclusivo se resume a práticas pedagógicas voltadas à promoção do direito de todos à educação e à participação, por meio da participação ativa de alunos com deficiência no ambiente educacional, e permite a todos os estudantes as condições adequadas para um ensino de excelência e homogeneidade (Lima, 2020).

Compreender como eram as percepções históricas acerca das pessoas com deficiência é fundamental. As crianças que possuíam algum tipo de deficiência eram tidas como "incapazes", sofriam com abandono familiar, eram retiradas do convívio social e privadas da cidadania e da dignidade (Mesquita et al., 2018, p. 3). Com base nisso, comprehende-se que as primeiras gerações que tinham uma pessoa com uma determinada limitação no ambiente familiar, enfrentaram uma série de restrições e preconceitos. Em meio a essas perspectivas citadas anteriormente, é essencial mencionar um avanço que começou a modificar a realidade de desvalorização da educação inclusiva; ocorrido na Espanha em 1994, a Declaração de Salamanca, resultante da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade, enfatizava que:

[...] o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade [...] Dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que se lhes assegure uma educação efetiva (UNESCO, 1994, p.5).

Considerando a estabilização desses avanços mencionados acima, outras legislações foram criadas com a finalidade de incorporar a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade brasileira. No ano de 2008, o Decreto nº 6.571 foi sancionado em prol do ensino especial. Esse documento regulamentou o art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). O art. 10 do Decreto nº 6.571/2008 institui algumas diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Dentre essas normas, estabelece que o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola de ensino regular deve institucionalizar e promover:

- I – Sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;
- II – Matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola; III –cronograma de atendimento aos alunos;
- IV – Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;
- V – Professores para o exercício da docência do AEE;
- VI – Outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção;
- VII – Redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE (BRASIL, 2008).

De fato, essas garantias mencionadas surtiram efeitos positivos ao longo da jornada educacional. Entretanto, ainda havia etapas importantes a serem realizadas para adaptar a formação dos professores. Pertinente a isso, destaca-se que uma das pretensões do Plano Nacional de Educação (PNE) é a formação de recursos humanos capacitados para atender a alunos especiais em diversos ambientes educacionais, como creches, escolas de ensino fundamental, médio e instituições especializadas (Almeida, 2024).

2.2 Aspectos relacionados a pessoas com deficiência

As pessoas com deficiência são geralmente definidas como aquelas que apresentam impedimentos ou incapacidades em diferentes níveis de natureza física, mental, intelectual ou sensorial e, consequentemente, convivem com uma série de limitações que podem prejudicar sua participação plena e efetiva na sociedade em condições de igualdade com as demais pessoas sem deficiência. De maneira contextual, podemos afirmar que a incapacidade é a redução ou a falta de habilidade para realizar uma atividade em um padrão considerado normal para o ser humano em decorrência de uma deficiência (Mesquita, 2022).

A legislação brasileira define a deficiência como:

Um impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Lei n.º 13146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência).

No âmbito educacional, é importante que os profissionais tenham a capacidade adequada para lidar com casos dessa natureza de maneira sensível, sobretudo ao dialogar e comunicar-se com os responsáveis por pessoas com deficiência. Segundo Tavares et al. (2016),

o professor é considerado um ator de suma importância no contexto escolar e no processo de ensino e aprendizagem; com isso, as relações devem ser mais humanizadas e menos rígidas.

Diante do exposto, faz-se necessário enfatizar o Plano Nacional de Educação (PNE), que consiste em um planejamento educacional com aprovação em 2014 e duração de 10 anos. Tal documento é composto por 20 metas sobre diretrizes a serem implementadas na educação brasileira. O PNE foi desenvolvido por meio de debates realizados nas duas Conferências Nacionais de Educação (CONAE), que envolvem inúmeros atores sociais, tais como educadores, pais, estudantes e líderes de comunidades, entre outros. O PNE (2014-2024) demonstra diversos interesses da educação pública progressista, como políticas de valorização docente, formação profissional, assim como o aumento do financiamento da educação, os quais constam na meta 20, embora com uma formulação aquém do que desejavam os movimentos sociais (Hypolito, 2015).

Visando assegurar aos educadores a formação inicial e continuada em nível superior, o PNE (2014-2024) teve como incumbência na meta 16: "formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da educação básica até o último ano de vigência dele e garantir a todos(as) os(as) profissionais da Educação Básica a formação continuada em sua área de atuação" (BRASIL, 2014). Uma metodologia de formação continuada aplicada pelo governo ocorreu com a implementação e solidificação do Decreto nº 5.800/2006, que garantiu o desenvolvimento do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). De acordo com Nogueira e Borges (2022), o UAB tem o intuito de promover a formação inicial e continuada de professores, dirigentes, gestores e trabalhadores que atuam na Educação Básica, utilizando metodologias de Educação a Distância (EAD).

Nesse contexto, é importante encontrar um equilíbrio dinâmico entre as funções pedagógicas e o estímulo ao desenvolvimento da subjetividade, contribuindo assim para a formação de um ser humano autônomo e criativo (Santos et al., 2023). Dessa forma, é essencial que ocorra um tratamento com o máximo de compreensão e cuidado por parte de todos os profissionais da educação, e não apenas dos professores. Em meio aos marcos históricos da educação inclusiva, a estruturação da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (PNEEI) foi a maior promoção política realizada para elevar a causa no Brasil; essa fundamentação assegurou que:

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores

indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008, p. 1).

Assim, é primordial que existam metodologias flexíveis e dinâmicas que possam proporcionar e garantir que o aluno sinta confiança e liberdade, não apenas no ambiente escolar, mas também nos demais lugares dos quais ele tende a fazer parte. Diante dos desafios e atribuições do ensino inclusivo, os professores podem desenvolver estratégias e abordagens adequadas para promover um ambiente de aprendizado acolhedor e inclusivo, que beneficie todos os alunos, independentemente de suas habilidades e necessidades específicas (Silva, 2023, p. 400).

Considerando que o processo inclusivo pode se desenvolver de maneira ideal, é importante salientar que apenas os mecanismos legais não são suficientes para a inclusão de PCD, apesar de os Artigos 58, 59 e 60 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (BRASIL, 1996) assegurarem tal entendimento. Na prática, isso não resolve todas as questões que envolvem PCD; é crucial que as autoridades criem regulamentos junto aos sistemas de ensino, garantindo assim à comunidade da educação especial um processo de ensino e aprendizagem adequado para atender a quaisquer necessidades daqueles que possuem essas carências.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial (BRASIL, 1996).

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

Art. 60º. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo. (BRASIL, 1996).

Partindo desse pressuposto, a outra parte importante nessa discussão é a participação ativa das famílias, não apenas no acompanhamento dos alunos, mas também exercendo uma postura de fiscalização junto às autoridades nos eixos gerais. Essa postura familiar mencionada

anteriormente é crucial para que tudo ocorra da melhor maneira, pois sabemos que, em muitas realidades, ocorrem diversas negligências por parte do Estado e até mesmo das escolas. Dessa forma, essas cobranças são necessárias para que todos os indivíduos envolvidos nesse processo possam cumprir suas respectivas funções no ambiente educacional em que os alunos estão inseridos.

3. METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, utilizando como objeto de estudo um grupo de indivíduos que integra a realidade de pessoas com deficiência em uma escola localizada no município de Chapadinha. Para Rampazzo (2010), esse tipo de estudo consiste em um mecanismo em que se pretende introduzir um critério que não é o da precisão numérica aos fenômenos que serão estudados. Com isso, este trabalho teve o sentido de investigar, analisar e encontrar soluções para eventuais problemas, principalmente em relação às metodologias inclusivas. De acordo com Fortin (2003, p. 22), é pertinente afirmar que o método qualitativo observa, descreve, interpreta e aprecia o meio e o fenômeno tal como se apresentam, sem procurar controlá-los.

Em relação à estratégia metodológica da pesquisa, foi definido o estudo de caso, visto que o objetivo do trabalho era analisar o processo inclusivo em uma única escola. Lüdke e André (1986) defendem que o ponto central do estudo de caso incide sobre suas particularidades, mesmo que, posteriormente, se evidenciem semelhanças com outros casos ou situações. Para Gil (2008), o estudo de caso é caracterizado pela pesquisa profunda e exaustiva de um ou poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado. Assim, o estudo de caso justifica-se ao ser implementado na atual pesquisa, em razão de que a abordagem foi feita em um grupo específico de pessoas, a fim de retratar a realidade e, evidentemente, possibilitar o desenvolvimento de melhorias na educação inclusiva da comunidade.

A pesquisa foi desenvolvida em uma escola de Ensino Fundamental, situada na região central da zona urbana do município de Chapadinha, na qual participaram professores, um gestor e um familiar deste estudo. Ressalta-se que a escola oferece o ensino básico do 6º ao 9º ano, distribuídos em oito salas padronizadas com ar-condicionado, carteiras e quadros-brancos em perfeito estado de funcionamento; as visitas à escola ocorreram no turno vespertino, já que

é nesse período que a instituição funciona com o Ensino Fundamental nos anos finais. Os critérios para a escolha dessa instituição de ensino são justificáveis por diversos motivos, como a localização — ela abriga alunos vindos de diversos bairros e localidades do município e da região —, a presença de alunos com deficiência, a reputação e a infraestrutura. No que se refere à limitação da pesquisa em apenas uma escola, explica-se pelo fato de que o intuito foi compreender a realidade escolar de uma amostra existente no município, sabendo que eventuais pesquisas futuras podem ser ampliadas para enriquecer a presente discussão.

Para a realização da coleta de dados, foi utilizado como instrumento a aplicação de questionários compostos por questões abertas, sendo que estes foram elaborados com perguntas específicas para atingir: professores, gestores escolares e pais ou responsáveis. Com isso, foram elaboradas cinco perguntas discursivas a serem respondidas por professores e monitores, todas relacionadas ao processo educacional inclusivo. As perguntas foram: 1) No decorrer de sua experiência profissional, você já participou de formações acadêmicas adequadas ao ensino inclusivo? 2) Quais são os principais obstáculos para a elaboração de uma aula inclusiva? 3) Em um exercício de autocrítica, como educador, você se sente preparado para desenvolver um aluno com deficiência? 4) A escola na qual você trabalha oferece recursos adequados para que o ensino-aprendizagem seja desenvolvido com o aluno PCD? 5) Na sua concepção, qual é a importância do núcleo familiar para o desenvolvimento de um aluno PCD?

Devido à diversidade de entrevistados, questionários diferentes foram elaborados com especificidades para eles, como foi citado anteriormente; ou seja, as perguntas foram direcionadas à função do indivíduo dentro do núcleo escolar ou familiar. Dessa forma, o questionário direcionado à família foi escrito com as seguintes perguntas: 1) Quais são os maiores desafios no processo de criação do seu filho(a)? 2) Na sua opinião, seu filho(a) recebe o atendimento educacional adequado? 3) Como é a sua relação com os professores na escola? 4) Em relação à infraestrutura oferecida pelo município, você a vê como suficiente para a inclusão do seu filho(a)? 5) A escola ou o município oferece algum tipo de acompanhamento médico à sua família?

A especificidade das perguntas ao gestor escolar, evidentemente, foi diferente se comparada às demais participantes. Assim, o questionário tinha as seguintes indagações: 1) Quais recursos tecnológicos ou didáticos são oferecidos aos professores pela escola? 2) Em relação aos alunos que não são acompanhados por um monitor na escola, qual é a explicação para essa situação? 3) Em relação aos alunos (PCD), qual é sua percepção sobre as relações

interpessoais entre a família e a escola? 4) Em algum momento, você precisou resolver uma situação preconceituosa com alunos PcD? 5) Quais são os maiores desafios no processo de criação do seu filho(a)? Assim, é importante salientar que foi necessária a elaboração de três questionários diferentes, visto que não seria coerente que os sujeitos da pesquisa respondessem perguntas generalistas e, consequentemente, sem embasamento.

Nesse contexto, é importante destacar que o procedimento de coleta dos dados ocorreu em cinco visitas à escola, durante um intervalo de quinze dias. Na primeira ida à escola, foram explicadas à direção escolar as pretensões do presente estudo, bem como foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Esse documento tem como objetivo preservar a identidade e a integridade dos entrevistados, possibilitando, assim, o desenvolvimento da pesquisa com integrantes do ambiente escolar. Ressalta-se que esse documento respeitou as normas e diretrizes dos preceitos éticos vigentes para o desenvolvimento de pesquisas com a participação de seres humanos, defendidos pela Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS/MS), que tem a incumbência de garantir o respeito à dignidade humana. Sendo assim, o TCLE foi apresentado posteriormente aos sujeitos que acenaram positivamente em participar do estudo; as condições e garantias foram esclarecidas e, em seguida, o documento foi assinado por todos os indivíduos que aceitaram participar de maneira voluntária.

Em relação aos participantes do estudo, foram escolhidos: um professor de Língua Portuguesa, um professor de Matemática, um monitor e o gestor escolar. Além desse grupo de colaboradores, foi imprescindível a participação do núcleo familiar, pois acredita-se que essa visão externa da prática docente seria essencial para a construção do debate estudado. Diante do exposto, ressalta-se que esses sujeitos foram escolhidos pelos seguintes critérios: 1º obrigatoriedade de o professor e o monitor possuírem aluno PcD; 2º os educadores trabalhavam no turno matutino também com alunos PcD; 3º a carga horária, pois as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática detêm a maior quantidade de horas-aula no ensino básico do país. Em relação ao núcleo familiar, o critério foi a disponibilidade e o desejo de participar do estudo, bem como o fato de que o filho dessa responsável já possuía cinco anos de acompanhamento; assim, a responsável pôde contribuir com relatos de maior embasamento à pesquisa.

Quadro 1 – Amostragem dos sujeitos que participaram da pesquisa.

Participante	Quantidade
--------------	------------

Professor	2
Monitor	1
Gestor escolar	1
Pais/responsáveis de PcD	1
Total	5

Fonte: Elaborado pelo autor.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Apresentação dos dados

Como foi mencionado anteriormente na Seção 3 deste trabalho, os questionários utilizados como mecanismo de coleta de dados foram elaborados com perguntas abertas. Dessa forma, para a apresentação desses dados, foram idealizadas e criadas diversas tabelas padronizadas, as quais estão dispostas adiante no presente texto. Ressalta-se que, em cada tabela, constam: perguntas, respostas e o sujeito que as respondeu. Assim, para realizar a escrita, foram respeitadas as normas e diretrizes dos preceitos éticos, as quais foram mencionadas no TCLE. Contudo, os dados foram agrupados e apresentados separadamente, classificados em: educadores, núcleo familiar e gestão escolar; isso justifica-se para facilitar a compreensão dos leitores da pesquisa.

Percepções de professores regentes e monitor

Pergunta: No decorrer de sua experiência profissional, você já participou de formações acadêmicas adequadas ao ensino inclusivo?	
Entrevistados	Respostas
Professor de Língua Portuguesa	Não, eu já tenho 20 anos de sala de aula e, nessa época em que me formei, esses alunos não eram tão frequentes como atualmente. Assim, minha formação não contou com essa especialidade.
Professor de Matemática	Não, sendo sincera, eu ainda tenho muitas dificuldades em promover uma aula inclusiva, pois nós, professores, necessitamos de um projeto de formação adequado à inclusão desses alunos.
Monitor	Sim, em três oportunidades a SEMED realizou sessões de direcionamento metodológico para os monitores. Eu também fiz uma especialização por conta própria. Foi um curso (Educação Especial na Perspectiva Inclusiva) que me ajudou bastante a desempenhar minha função junto ao aluno que acompanho.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Pergunta: Quais são os principais obstáculos para a elaboração de uma aula inclusiva?	
Entrevistados	Respostas
Professor de Língua Portuguesa	Sem dúvidas, é adequar o conteúdo a um nível de alfabetização que possa integrar esses alunos de uma maneira satisfatória.
Professor de Matemática	São inúmeros, principalmente em momentos de dinâmicas ou em aulas onde o conteúdo ministrado aos demais alunos é muito avançado para esse aluno PCD.
Monitor	Sem generalizar, mas no meu ponto de vista, alguns professores regentes deveriam socializar mais com os demais, sobretudo com os monitores. Assim, eu acredito que as aulas seriam mais adequadas.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Pergunta: Em um exercício de autocrítica, como educador, você se sente preparado para desenvolver um aluno PCD?	
Entrevistados	Respostas
Professor de Língua Portuguesa	Eu me considero uma professora qualificada, mas reconheço que preciso de uma formação continuada que me proporcione melhores habilidades para educar esses alunos.
Professor de Matemática	Como citei anteriormente, admito que poderia contribuir de uma melhor forma para o ensino inclusivo e, na minha concepção, os órgãos educacionais deveriam promover a capacitação dos professores.
Monitor	Acredito que todos os indivíduos envolvidos nesse processo inclusivo sempre precisam melhorar, mas considero-me capaz de exercer o acompanhamento desse tipo de aluno.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Pergunta: A escola na qual você trabalha oferece recursos adequados para que o ensino-aprendizagem seja desenvolvido com o aluno PCD?	
Entrevistados	Respostas
Professor de Língua Portuguesa	Sim, na minha visão, é evidente que o campo educacional do nosso país necessita de melhorias, mas acredito que, em meio às limitações, nossa escola está capacitada.
Professor de Matemática	Sim, destaco que hoje o grande problema é mesmo a questão da formação especializada, pois, em termos de materiais didáticos ou de infraestrutura, a escola oferece tanto aos profissionais quanto aos alunos.
Monitor	Sim, considerando ainda que alguns professores fazem adaptações em materiais pedagógicos para incluir esses alunos.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Pergunta: Na sua concepção, qual é a importância do núcleo familiar para o desenvolvimento de um aluno PCD?	
Entrevistados	Respostas

Professor de Língua Portuguesa	São peças fundamentais no processo de ensino-aprendizagem; sem a participação ativa dos pais, não há desenvolvimento.
Professor de Matemática	Eu considero crucial para futuros avanços, pois sou muito suscetível ao diálogo entre a escola e a família.
Monitor	Na minha opinião, isso é muito importante. Todos os responsáveis pelos alunos que eu acompanhei até hoje sempre foram muito amigáveis comigo, e isso favorece o aprendizado desses alunos.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A gestão escolar em relação à inclusão de pessoas com deficiência

Pergunta: Durante os planejamentos pedagógicos de rotina, é debatido o tema da educação inclusiva junto aos professores pela escola?	
Entrevistado	Respostas
Gestor	Não somente nas reuniões, mas também durante os dias letivos, rotineiramente ocorrem debates para promover ajustes no ensino dos alunos com deficiência.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Pergunta: Quais recursos tecnológicos ou didáticos são oferecidos aos professores?	
Entrevistado	Respostas
Gestor	A escola conta com uma série de materiais didáticos para a produção de uma aula, assim como temos dois projetores em funcionamento normal disponíveis para os professores utilizarem.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Pergunta: Em relação aos alunos que não são acompanhados por um monitor na escola, qual é a explicação para essa situação?	
Entrevistado	Respostas
Gestor	De acordo com a (LBI), todos os alunos PCD com laudo comprovado devem receber esse professor auxiliar. Acontece que existem em nossa escola alguns alunos que necessitam de um acompanhamento especializado. Dessa maneira, alguns pais desses alunos muitas vezes não querem aceitar que o filho apresente essa condição ou, em outros casos, os responsáveis não desejam enfrentar o processo burocrático para obter os documentos probatórios.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Pergunta: Em relação aos alunos PCD, qual é sua percepção sobre as relações interpessoais entre a família e a escola?	
Entrevistado	Respostas
Gestor	No meu ponto de vista, cada caso possui suas particularidades, mas eu sempre procuro fazer o possível para atender todas as famílias da melhor forma. Eu acredito que a causa inclusiva requer diálogo de

	todas as partes que integram esse processo; por isso, eu sempre me coloco à disposição dos familiares.
--	--

Fonte: Elaborado pelo autor.

Pergunta: Em algum momento, você precisou resolver uma situação preconceituosa com alunos PCD?

Entrevistado	Respostas
Gestor	Durante toda a minha jornada como diretora, nunca tive quaisquer problemas relacionados aos meus alunos com deficiência. Obviamente, estou sempre preparada para intervir em algo relacionado a esse assunto, que considero extremamente sensível.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Pensamentos da família sobre a problemática em debate

Pergunta: Quais são os maiores desafios no processo de criação do seu filho (a)?

Entrevistado	Respostas
Núcleo familiar	Durante esses 14 anos, aconteceram muitas coisas, desde os primeiros traços que apontavam para um quadro de autismo até os desafios atuais de inúmeras consultas e medicamentos caros. A parte de fazê-lo gostar da escola também é muito difícil até hoje.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Pergunta: Na sua opinião, seu filho (a) recebe o atendimento educacional adequado?

Entrevistado	Respostas
Núcleo familiar	Em relação ao ambiente escolar, eu acho que está adequado. Nos últimos três anos, ele avançou bastante em relação a reconhecer letras, palavras simples e também números. Por isso, sou grata até aqui.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Pergunta: Como é a sua relação com os professores na escola?

Entrevistado	Respostas
Núcleo familiar	Eu sou bem atendida pela maioria dos professores, mas confesso que minha relação na escola é mais próxima com os monitores.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Pergunta: Em relação à infraestrutura oferecida pelo município, você a vê como sendo suficiente para a inclusão do seu filho(a)?

Entrevistado	Respostas
Núcleo familiar	Sim, eu já visitei muitas escolas do município e observei uma estrutura muito boa. Nesta escola, há ar-condicionado, lanche todos os dias e bons professores que, na minha opinião, são suficientes para o aluno se desenvolver.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Pergunta: A escola ou o município oferece algum tipo de acompanhamento médico à sua família?

Entrevistado	Respostas
Núcleo familiar	De forma especializada, não, todos os acompanhamentos são feitos pelo particular.

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.2 Análise dos dados

Para os procedimentos de análise dos dados obtidos, optou-se pela metodologia de Bardin (2011); assim, foram trabalhadas as seguintes etapas: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Com isso, na primeira etapa, foi necessário organizar todos os questionários e, consequentemente, fazer a análise do material. Nesse momento, foi realizada uma leitura flutuante para analisar todo o conteúdo dos questionários. Em seguida, houve a elaboração de hipóteses e a formulação de indicadores que, segundo Bardin (2011), são elementos de marcação para permitir extraír das comunicações a essência de sua mensagem. Destaca-se que, após a pré-análise, algumas informações contidas nos questionários foram descartadas, pois apresentavam contradições com as respostas anteriores.

Em relação à segunda etapa, chamada exploração do material, foi uma parte muito importante desse processo, pois foram realizadas inúmeras leituras e interpretações minuciosas dos questionários, que serviram para identificar as unidades de registro, ou seja, o fragmento mais interessante de uma determinada resposta, o que possibilitou, consequentemente, a compreensão da linha de pensamento de cada participante. Logo, foi possível compreender os pensamentos dos sujeitos que estão inseridos no ambiente da escola em estudo, bem como essa etapa serviu como alicerce para a discussão do presente estudo, que teve a incumbência de abordar os dados analisados na atual etapa. Na concepção de Lakatos & Marconi (2011, p. 167), “a análise e interpretação são duas atividades distintas, mas estreitamente relacionadas e, como processo, envolvem duas operações”. Portanto, a análise de dados fundamenta-se em examinar os recursos obtidos, identificando possíveis falhas, erros ou dúvidas para posterior exposição dos conceitos encontrados no percurso da pesquisa (Barros, 2024).

4.3 Discussão

A partir do tratamento dos resultados, é importante salientar que alguns fatores positivos e negativos foram identificados na composição da presente pesquisa. Considerando que este escrito tratou de um estudo de caso, ele transcorreu satisfatoriamente e conseguiu atingir os resultados traçados durante o planejamento. Entretanto, é fato que a pesquisa desenvolvida possui algumas limitações de escopo, pois foi realizada em apenas uma instituição de ensino; sendo assim, não se pode afirmar que esses resultados eventualmente se repetiriam nas demais escolas do município. Além disso, a mesma contou com a participação de apenas cinco participantes. Esses aspectos citados anteriormente endossam que, mesmo contando com restrições de amplitude, a atual pesquisa transcorreu de maneira plena para obter resultados consideráveis.

Diante do exposto, foi fundamental que os resultados obtidos fossem discutidos pelo tipo de questionário aplicado. Assim, ao analisar os professores regentes de Língua Portuguesa e Matemática, identificou-se que ambos enfrentam muitas dificuldades no trato de os alunos com deficiência. Além disso, esses profissionais justificaram que a maioria dos empecilhos enfrentados em sala de aula, decorrem da falta de uma formação especializada inclusiva, que lhes ofereça um maior conjunto de metodologias pedagógicas para a inclusão dos alunos em questão. Outro ponto importante nas respostas desses professores, foi em relação à elaboração das aulas, pois ambos possuem a maior carga horária da educação básica no Brasil, assim esses professores elencaram que encontram inúmeras adversidades para propor aulas colaborativas com a participação de todos os alunos, sobretudo os com deficiência.

Sobre os professores monitores que realizam o acompanhamento dos alunos com deficiência, eles forneceram respostas interessantes para a composição deste estudo. Em contrapartida aos professores regentes, o monitor destacou que já participou de formações específicas na área inclusiva, assim como teve a iniciativa de cursar externamente uma especialização EAD sobre a educação de pessoas com deficiência. Em outro questionamento, o professor monitor enfatizou que existe um distanciamento entre os acompanhantes dos alunos com deficiência e alguns professores regentes, criando uma barreira que acaba afetando a integração do processo de ensino e aprendizagem desses alunos em questão.

Em vista dessas exposições dos professores, ficou evidente que as questões de recursos didáticos e de infraestrutura no ambiente escolar oferecem o suficiente para o desenvolvimento do trabalho desses indivíduos. Contudo, ao observarmos os dados, também ficou claro que os professores necessitam de formações pedagógicas em Educação Especial que venham a

potencializar as capacidades desses educadores. Quanto ao professor monitor, ele se mostrou bastante ciente das questões que envolvem a educação de uma pessoa com deficiência. Entende-se ainda que a reclamação desse monitor sobre a falta de proximidade com alguns professores regentes é válida, pois a educação, em geral, consiste em um campo extremamente ligado ao diálogo e ao planejamento, para que assim sejam encontrados os caminhos em direção ao processo de ensino e aprendizagem ideal.

Analizando a visão da gestão escolar, obtivemos bons resultados. É evidente que muitos problemas existentes em qualquer escola não são expostos pelos gestores escolares. Contudo, acredita-se que as respostas emitidas contribuíram consideravelmente para o enriquecimento deste estudo, sobretudo em relação aos alunos que apresentam comportamentos que indicam uma determinada deficiência, mas que não recebem o acompanhamento dos monitores. Sem dúvida, esses questionamentos se revelam em diversas camadas da sociedade brasileira. Dessa forma, a resposta apresentada pelo gestor foi interessante, pois evidenciou o quanto fundamental é que a família esteja presente na vida de um aluno com deficiência para, assim, usufruir desse direito de ter o acompanhamento do professor monitor. Em relação ao núcleo familiar, as considerações foram positivas e esclarecedoras; ressalta-se que a amostragem é limitada e que existem familiares que não acompanham de forma adequada o aluno com deficiência.

Em síntese, a partir dessas discussões, ficou evidente que a escola na qual a pesquisa se desenvolveu necessita de melhorias em alguns quesitos. Como, por exemplo, na questão da comunicação, visto que a maior parte dos participantes indicou uma carência de diálogo entre as partes que atuam no ambiente escolar. Reconhecendo que existem dificuldades para a escola propor a realização de cursos especializados à causa inclusiva junto ao governo, propõe-se que seria fundamental que a própria escola se mobilizasse unilateralmente para desenvolver uma capacitação adequada desses profissionais. Dessa forma, acredita-se que esse movimento contribuiria para a promoção do nível educacional inclusivo no município.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, conclui-se, com base nos dados obtidos na atual pesquisa, que os métodos educacionais praticados no município de Chapadinha necessitam de algumas melhorias, sobretudo no eixo do ensino inclusivo. Com base nas informações obtidas ao longo do atual trabalho, ficou notória que a realidade da escola, apresenta uma necessidade da criação

de um projeto educacional, que consiga estabelecer relações igualitárias entre escola, família e todo e qualquer aluno, independentemente de suas especificidades. Neste sentido, propõe-se que, a escola desenvolva alguns eventos que aproxime os profissionais do ambiente escolar, os alunos sem quaisquer exceções, e principalmente a classe familiar.

Esses eventos propostos por esta pesquisa podem ser: palestras educativas, rodas de conversa com pais e responsáveis para tratar de relações interpessoais, bem como culminâncias inclusivas com a participação de pais e responsáveis. Acredita-se que essas medidas proporcionariam uma melhoria na comunicação entre as figuras que atuam diretamente no desenvolvimento dos alunos com deficiência, solucionando, assim, o problema da escassez de comunicação, que foi relatado pelos sujeitos que participaram da pesquisa. Essas ações propostas para serem realizadas exclusivamente nesta escola justificam-se pelo fato de que, no decorrer deste trabalho, identificou-se que não existe uma mobilização de todos os departamentos educacionais em prol dos alunos com deficiência. Pode-se afirmar que algumas medidas em relação à comunicação e à organização dos profissionais atuantes na escola seriam interessantes para reduzir alguns desses problemas.

Portanto, enfatiza-se que a inclusão escolar transcende a sala de aula, pois a formação de um indivíduo vai além de compreender os conceitos teóricos de determinado conteúdo. A fim de reduzir as lacunas encontradas a partir deste estudo, seria conveniente que houvesse uma mobilização por parte do governo municipal no sentido de criar um programa de formação pedagógica continuada, por meio de práticas que atendam melhor à educação inclusiva, com o objetivo de capacitar todos os profissionais que atuam no meio escolar. Assim, seria adequado que a gestão da escola, junto aos professores, elaborasse um documento com informações sobre a realidade educacional da escola em discussão. Diante disso, um pedido de apoio financeiro e organizacional, deve ser feito para viabilizar o desenvolvimento do programa de formação mencionado anteriormente.

Neste contexto, este projeto de formação continuada aconteceria no turno matutino, considerando que os professores participantes atuam no turno vespertino. Propõe-se que o programa ocorra em dois dias da semana, com duração planejada de dois meses. Dessa maneira, este período de curso será adaptado como parte das horas-aula dos professores participantes. Sugere-se ainda que a escola, junto à SEMED, consiga viabilizar a participação de formadores especialistas em educação inclusiva, que atuam em grandes centros educacionais, como, por exemplo, a cidade de Teresina, localizada no estado do Piauí, e também a cidade de São Luís,

situada no Maranhão. Acredita-se que a diversidade de ideias aplicadas à realidade da escola em estudo será fundamental para a melhoria da capacidade dos professores em ministrar aulas adequadas a todos os alunos, sobretudo aos que têm deficiência.

Com isso, acredita-se que o presente estudo venha a contribuir para o desenvolvimento de outras pesquisas relacionadas à problemática inclusiva, considerando que tais investigações não necessariamente sejam desenvolvidas apenas no município analisado, mas que essa contribuição sirva também como modelo para outras comunidades. Propõe-se que outros pesquisadores utilizem metodologias diferentes das que foram aplicadas neste trabalho; assim, seria interessante adotar a pesquisa de campo para viabilizar uma abordagem quantitativa como meio de investigar a formação dos professores da zona urbana de Chapadinha. Dessa forma, seria possível investigar, em termos quantitativos, os profissionais que possuem especialização adequada para ministrar aulas a alunos com deficiência. Logo, entende-se que novas pesquisas com proporções maiores resultariam em melhores embasamentos a respeito da inclusão de alunos com deficiência.

Em síntese, a atual pesquisa demonstrou apenas um recorte do contexto educacional do município; todavia, foi possível observar que os mecanismos de formação dos profissionais que atuam de forma direta e indireta no ambiente escolar são essenciais para que melhores condições sejam oferecidas aos alunos com deficiência e seus familiares, bem como para que esse processo inclusivo tenha um caráter sólido e definitivo. Presume-se que a presente pesquisa proporcione impactos positivos nas comunidades em geral, sobretudo no município de Chapadinha, e que esses impactos possam sensibilizar os governos municipais, estaduais e federais; os integrantes da escola analisada e os eixos familiares, a fim de causar reflexão sobre os mecanismos de formação profissional e inspirar atividades que venham a promover a inclusão de alunos com deficiência a um patamar de excelência na educação no Brasil.

6. REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROS, Saonara de Cássia da Silva. Práticas pedagógicas docentes e a inclusão de estudantes com deficiência intelectual no ensino regular. **Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, Rio Largo, v. 8, p. 206-217, 2024. Disponível em: <https://rebena.emnuvens.com.br/revista/article/view/203>. Acesso em: 16 mai. 2025.

ALMEIDA, F. A. de. **Atendimento Educacional Especializado:** fundamentos, práticas e intervenções. 1 ed. Guarujá: Científica Digital, 2024. Disponível em: <https://www.editoracientifica.com.br/books/atendimento-educacional-especializado-fundamentos-praticas-e-intervencoes>. Acesso em: 02 dez. 2025.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular:** educação é a base. 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 11 nov. 2025.

BRASIL. **Declaração de Salamanca:** Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. 2. ed. Brasília: CORDE, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Secretaria de Educação Especial, Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2025.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 03 jun. 2025.

CARVALHO, Damila Soares de. **A construção de um currículo de formação continuada na perspectiva da Inclusão Escolar:** contribuições da teoria do agir comunicativo. 2018. Dissertação (Mestrado em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores) - Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde. Universidade Federal do Espírito Santo, Alegre, 2018.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. Metodologia do Serviço do Atendimento Educacional Especializado em uma Perspectiva Inclusiva na Escola Regular. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, n. esp. 2, p. 840-855, dez., 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/11916>. Acesso em: 22 set. 2025.

FARIA, K. T. *et al.* Atitudes e práticas pedagógicas de inclusão para o aluno com autismo. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 31, n. 61, p. 353-370, abr./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/28701>. Acesso em: 2 jun. 2025.

FARIAS, C. P. S. de. *et al.* A inclusão de crianças com autismo no âmbito educacional: desafios e perspectivas. **Revista Internacional de Estudos Científicos**, [S. I.], v. 1, n. 2, p. 220-234, 2023. Disponível em: <https://periodicos.educacaotransversal.com.br/index.php/riec/article/view/149>. Acesso em: 12 mar. 2025.

FONSECA, Katia de Abreu. **Formação de professores do atendimento educacional especializado (AEE):** inclusão escolar e deficiência intelectual na perspectiva histórico-cultural. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista. Marília, 2021.

FORTIN, Marie Fabienne. **O processo de investigação:** da concepção à realização. 3. ed. Loures: Lusociência, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura).

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEITE, T. C.; ALVES, M. D. F. Atendimento Educacional Especializado nas escolas do campo sob a perspectiva da Ecoformação. **Debates em Educação**, Alagoas, vol. 16, n. 30, jan./dez., p. e18428, 2024. Disponível em: <https://ufal.emnuvens.com.br/debateseducacao/article/view/18428>. Acesso em: 30 nov. 2025.

LIMA, Alessandra Mendes Villar. **Inclusão Escolar segundo o olhar dos Professores das Atividades de Enriquecimento Curricular (aec).** 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Especial – Domínios Cognitivo-Motor) – Instituto politécnico de Coimbra. Coimbra, 2020.

LIMA, Eunice Tavares Silveira. **Política de inclusão:** um estudo na rede pública de educação em Jataí-Goiás. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2014.

LOPES, Mariana Moraes. **Perfil e atuação dos profissionais de apoio à inclusão escolar.** 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2018.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **A Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. Rio de Janeiro: E.P.U., 1986.

MESQUITA, Jéssica Farias de. *et al.* **A inclusão escolar de crianças com autismo no ensino fundamental (anos iniciais).** 2022. Trabalho de conclusão de curso (Curso de graduação em Pedagogia) – Centro Universitário Ateneu (UniATENEU). Fortaleza, 2022. Disponível em: <https://uniateneu.edu.br/repositorio/a-inclusao-escolar-de-criancas-com-autismo-no-ensino-fundamental-anos-iniciais/>. Acesso em: 5 ago. 2025.

MIRANDA, Fabiana Darc. Aspectos Históricos da Educação Inclusiva no Brasil. **Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva**, Manaus, v. 2, n. 3, jan./jun. 2019. Disponível em: [/periodicos.ufam.edu.br/index.php/educacaoInclusiva/article/view/4867](http://periodicos.ufam.edu.br/index.php/educacaoInclusiva/article/view/4867). Acesso em: 25 mai. 2025.

OLIVEIRA, I. S. de; *et al.* **Libras e Educação:** A Inclusão de Alunos Surdos. **Revista Aracê**, São José dos Pinhais, v.7, n.7, p.40768-40779, 2025. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/6903>. Acesso em: 16 nov. 2025.

RAMPANZO, L. **Metodologia Científica.** São Paulo: Edições Loyola, 2010.

RIBAS, G. F.; PIRES, E. D. P. B.; ARAUJO, S. B. A. Educação Inclusiva no Município de Itapetinga-BA: avanços e desafios de uma política em ação. **Revista Exitus**, Santarém, v. 10,

p. 01-30, e020006, 2020. Disponível em:
<https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/1150>. Acesso em: 14 jul. 2025.

RIBAS, M. H. R. Recursos na Educação Especial: Promovendo a Inclusão e Diversidade. **Altus Ciência**, João Pinheiro, v. 20, p. 343-356, ago./dez., 2023. Disponível em: <https://zenodo.org/records/8422949>. Acesso em: 1 set. 2025.

SANTOS, M. M. B. et al. Lúdico na Educação Infantil: pontos e contrapontos. **Revista Internacional de Estudos Científicos**, [S. l.], v. 1, n. 1, jan./jun., p. 118–132, 2023. Disponível em: <https://periodicos.educacaotransversal.com.br/index.php/riec/article/view/142>. Acesso em: 26 mar. 2025.

SEABRA, Rafael da Silva. **Desafios da inclusão de alunos autistas: Um estudo de caso sobre a metodologia de professores de matemática**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Matemática) – Faculdade de Matemática, Instituto de Ciências Exatas e Naturais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022. Disponível em: <https://bdm.ufpa.br/handle/prefix/6180>. Acesso em: <https://bdm.ufpa.br/items/e3e9e7cb-d05e-4ac5-9739-9a40f98c18ed>. Acesso em: 28 mai. 2025.

SILVA, E. N.; OLIVEIRA, L. A. Autismo: Como os pais reagem frente a este diagnóstico?. **Unoesc & Ciência – ACBS**, Joaçaba, v. 8, n. 1, p. 21-26, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/acbs/article/view/12240>. Acesso em: 6 ago. 2025.

SOUZA, N. M.; NASCIMENTO, D. A. inclusão escolar e o aluno com síndrome de Down: as adaptações curriculares e a avaliação da aprendizagem. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 3, n. 3, p. 121-140, 2018. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/859>. Acesso em: 30 abr. 2025.

TAVARES, L.M.F.L.; SANTOS, L.M.M.; FREITAS, M.N.C. A Educação Inclusiva: um Estudo sobre a Formação Docente. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 22, n. 4, p. 527–542, out./dez., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/NPXMqY7W5L7jRr6DwDCLZBw/?lang=pt>. Acesso em: 23 out. 2025.